

AINDA “O QUE PEDEM OS AGRICULTORES E O QUE PODEM OS GOVERNOS”

Polan Lacki¹

Os interessantes comentários do Dr. Eliseu contribuíram para demonstrar que é urgente a necessidade de repensar, recriar ou reinventar uma nova proposta de desenvolvimento agropecuário, uma proposta mais pragmática e realista, que seja capaz de compatibilizar as enormes necessidades de milhões de agricultores com as limitadas possibilidades dos governos em satisfazê-las. Mesmo porque os governos e o setor urbano-industrial não têm condições de absorver os migrantes rurais nas cidades, de forma digna. O abismo entre o que legitimamente pedem os agricultores e o que podem fazer os governos é ato evidente que já não podemos continuar enganando-nos e - por melhores que sejam as nossas intenções - iludindo os agricultores com promessas que, de antemão sabemos, não têm a mais remota possibilidade de serem concretizadas de forma eqüitativa e permanente.

Oxalá que estas reflexões do Dr. Eliseu nos estimulem a buscar uma inovadora e muito mais realista proposta para a agricultura POSSÍVEL dentro do país REAL. Acredito que a coluna vertebral desta nova proposta terá que ser o desenvolvimento da capacidade potencial de os próprios agricultores resolverem os seus problemas de forma mais autônoma.

Tenho duas observações específicas sobre as colocações do Dr. Eliseu que são as seguintes:

1. A educação que se impetire nas escolas rurais (do primeiro ao oitavo ano) não responde às necessidades de vida e de trabalho de quem permanecerá no campo, nem de quem migrará para as cidades. A educação atual é disfuncional para ambos os grupos, pois existem conhecimentos práticos de enorme utilidade e aplicação — no campo e na cidade — que as referidas escolas não estão ensinando. Se a educação rural fosse realmente adequada às necessidades de vida e de trabalho imperantes no campo, o êxodo rural diminuiria automaticamente.

¹ FAO - Telefone (562)3372205 Casilla 10095 Santiago – Chile. e. mail: Polan.Lacki@fao.org

2. Creio que o Dr. Eliseu está superestimando a importância do crédito oficial e dos investimentos como instrumentos para conseguir um significativo incremento nos atuais e baixíssimos rendimentos médios nacionais por unidade de terra e de animal. Dois exemplos ilustram esta afirmação:

Primeiro exemplo: no Brasil estamos colhendo em média 606 quilos de feijão por hectare; se dividirmos estes 606 mil gramas por 225.000 plantas de um hectare significa que cada feijoeiro está produzindo menos de três gramas ou, aproximadamente, 8 grãos o que corresponde a UMA minúscula vagem por planta. Esse baixíssimo rendimento não necessariamente está sendo limitado pela falta de grandes investimentos, pivot central, maquinaria sofisticada ou tecnologias de ponta.

Estamos colhendo 606 quilos porque a imensa maioria dos agricultores - não por culpa deles evidentemente - utiliza uma semente de péssima qualidade, geneticamente erodida, contaminada com patógenos; não faz teste de germinação; não regula a plantadeira manual; não semeia em época, profundidade e espaçamento adequados; não elimina as ervas daninhas nas primeiras etapas de desenvolvimento da cultura; não faz a rotação de culturas etc. Se os produtores adotassem, de forma correta, apenas essas tecnologias para cuja aplicação praticamente não se requer quantidades adicionais de dinheiro, provavelmente colheriam o dobro ou o triplo deste rendimento e gerariam de forma endógena — nas suas propriedades, os recursos necessários para adquirir no próximo plantio uma semente melhor, fertilizantes e pesticidas e, assim, avançariam tecnologicamente de modo gradual e progressivo.

No exemplo recém-descrito o principal obstáculo não é a falta de crédito e sim a falta de conhecimentos, reflexo da inadequada formação e capacitação dos agricultores. Conseqüentemente a solução dependerá muito mais de proporcionar-lhes conhecimentos adequados do que de oferecer-lhes recursos abundantes.

Segundo exemplo: na América Latina (e provavelmente também no Brasil) uma vaca produz menos de 4 litros de leite por dia; tem o primeiro parto aos 42 meses de vida, podendo tê-lo antes dos 28 meses; o intervalo entre parições é de 22 meses, podendo sê-lo de 13 meses; a mortalidade de terneiros é superior a 10%; o novilho chega ao peso de abate aos 50 meses, podendo alcançá-lo aos 24 meses.

Se analisarmos as causas desses modestíssimos indicadores zootécnicos seremos obrigados a reconhecer algo tão óbvio e elementar como o seguinte: a vaca não produz mais leite e mais terneiros não é tanto por falta de transplante de embriões, ou de instalações e equipamentos sofisticados, mas sim porque ela não está bem alimentada. E não se alimenta não necessariamente, por falta de crédito para adquirir a ração de origem industrial, mas sim porque o agricultor não recebeu uma adequada formação e capacitação para melhorar a produção, conservação e utilização das pastagens/capineiras nem para produzir na sua propriedade a ração caseira utilizando, principalmente, os ingredientes que poderiam ser autoproduzidos no seu próprio sítio.

Além dessa grave e determinante deficiência na alimentação, quantos pecuaristas da América Latina higienizam a vaca antes do parto e a recolhem para um local protegido da intempérie? Quantos secam o terneiro e desobstruem as suas narinas, imediatamente, após o nascimento? Quantos proporcionam-lhe o colostro na primeira hora de vida? Quantas desinfetam o umbigo? Quantos sabem identificar o cio da vaca e adotam as medidas preventivas para não perdê-lo? Quantos lavam as suas mãos e as tetas das vacas antes da ordenha? Quantos fazem anotações e registros para saber o que está acontecendo com o seu rebanho e para poder corrigir as suas falhas? Neste caso também a correção destas deficiências depende muito mais de conhecimentos (que possuímos) do que de crédito (que não possuímos).

Muito agradecido pela oportunidade de participar deste intercâmbio de opiniões.